



COMUNICADO DE IMPRENSA

ADVERTÊNCIA

O conteúdo do presente comunicado de imprensa e do respectivo relatório não poderá ser citado, nem resumido pela imprensa, rádio ou televisão ou por meios eletrônicos antes das **17h (hora média de Greenwich) do dia 31 de agosto de 2006**

UNCTAD/PRESS/PR/2006/020/Rev1*

31 de agosto de 2006

Original: inglês

SEGUNDO O RELATÓRIO, PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO DEVERIAM ADOTAR POLÍTICAS INDUSTRIAIS DINÂMICAS

O relatório de 2006 da UNCTAD sobre comércio e desenvolvimento afirma que o enfoque não intervencionista não funcionou e que as políticas nacionais deveriam apoiar as "forças criativas dos mercados", a fim de alcançar maior nível de investimento e mudanças tecnológicas mais rápidas

De acordo com o novo relatório da UNCTAD, a melhoria do ambiente econômico mundial para muitos países em desenvolvimento (que inclui a reativação que vem ocorrendo em alguns países como resultado da grande demanda por petróleo e outras matérias primas, bem como o aumento da capacidade manufatureira de outros países, como a China) deve converter-se em um processo dinâmico de crescimento econômico e de mudança estrutural que crie emprego e aumente o padrão de vida a longo prazo.

Para isto, no **Trade and Development Report 2006**¹ (TDR) (*Relatório sobre o comércio e o desenvolvimento 2006*) recomenda-se que os governos dos países em desenvolvimento se dediquem ativamente à promoção e ao desenvolvimento da atividade produtiva nacional, diferentemente do que ocorreu nos anos oitenta e noventa, quando se recomendava a não intervenção, com as forças de mercado fixando os "preços corretos". O relatório sustenta que estes países não deveriam se ver demasiado limitados pelas regras do comércio internacional, ou pelas condicionalidades impostas pelos credores internacionais, não podendo fazer o que melhor convenha às suas economias. Nos últimos anos, essa liberdade de ação converteu-se em um assunto importante e costuma-se chamá-la de "espaço de política" (veja-se UNCTAD/PRESS/PR/2006/019).

* **Contatos:** Oficina de Imprensa, +41 22 917 5828, unctadpress@unctad.org, <http://www.unctad.org/press>

¹ O **Trade and Development Report 2006 (TDR2006)** (Nº de venda. E.06.II.D.6, ISBN 92-1-112698-3) pode ser adquirido nos escritórios de venda de publicações das Nações Unidas, nos endereços abaixo relacionados ou nos agentes de venda de publicações das Nações Unidas em muitos países. O preço é 50 dólares norte-americanos. Existe um preço especial de 19 dólares norte-americanos para os países em desenvolvimento, da Europa sul-oriental e para a CEI. Favor dirigir os pedidos de consultas para a Europa, África e Ásia ocidental a: Publicaciones de las Naciones Unidas/Sección de Ventas, Palais des Nations, CH-1211 Ginebra 10, Suíza, fax: +41 22 917 0027, correio eletrônico: unpubli@un.org; e, para as Américas e Ásia oriental, a: Publicaciones de las Naciones Unidas, Two UN Plaza, DC2-853, Nueva York, NY 10017, USA, tel.: +1 212 963 8302 ó +1 800 253 9646, fax: +1 212 963 3489, correio eletrônico: publications@un.org. Internet: <http://www.un.org/publications>.

O relatório, também conhecido como TDR (sigla em inglês), insta os governos a adotarem posições mais pró-ativas nas políticas macroeconômicas e industriais para acelerar o investimento privado e o progresso técnico; estimulando as forças criativas dos mercados - com decisões empresariais de risco e inovadoras, que geram novas linhas de produção e criam novas empresas e postos de trabalho. Caso seja necessário, os governos também devem proteger as novas empresas, inclusive por meio da aplicação prudente de subsídios e tarifas, até que os produtores nacionais adquiram competitividade no âmbito internacional na venda de produtos cada vez mais sofisticados.

O relatório, que aborda o tema "Parceria mundial e políticas nacionais para o desenvolvimento", não propugna mecanismos protecionistas de defesa da produção local, mas afirma que os governos deveriam encontrar meios eficazes para resolver os problemas de informação e coordenação no processo de formação de capital e aumento da produtividade. Uma integração estratégica na economia mundial permite aproveitar ao máximo os benefícios destas políticas ao nível da economia nacional.

O TDR afirma que as profundas reformas realizadas pela maioria dos países em desenvolvimento nos anos oitenta e noventa, geralmente sob o apoio das instituições financeiras e entidades de crédito internacionais, não deram os resultados prometidos. Essas reformas se sustentavam na maior estabilidade macroeconômica, uma maior confiança nas forças do mercado e uma rápida abertura à competição internacional. Todavia, em muitos casos o investimento privado não aumentou na medida prevista, muitas economias estancaram ou até mesmo retrocederam, e muitos países em desenvolvimento, já com elevados níveis de pobreza, comprovaram que esses passos direcionados a uma economia liberalizada aumentavam a desigualdade ao invés de reduzi-la.

As atuais condições econômicas internacionais têm melhorado consideravelmente o panorama. Entretanto, o relatório, bem como outras publicações da UNCTAD, menciona que a recente reativação de muitos países em desenvolvimento, alimentada em parte pela demanda dos Estados Unidos e da China, apenas gerará um crescimento sustentado quando os governos apoiarem decididamente o processo de acumulação de capital e mudança estrutural. O relatório argumenta que a mudança estrutural não pode ser deixada unicamente nas mãos dos mercados, e critica o enfoque ortodoxo das "políticas macroeconômicas adequadas", segundo o qual a estabilidade dos preços é a condição mais importante de um crescimento econômico sustentado.

O TDR sustenta que a política monetária poderia desempenhar um papel mais eficaz no apoio ao crescimento, centrando-se na fixação de uma taxa de juros real baixa, que estimularia o investimento, e uma taxa de câmbio competitiva e estável que promoveria a produção nacional nos mercados mundiais. Afirma também que para permitir que a política monetária desempenhe este papel, as economias de mercado emergentes deveriam reduzir sua dependência com relação aos fluxos de capital estrangeiro, como já feito por muitas delas, e estabelecer novos instrumentos não monetários para estabilizar os preços, como políticas de renda ou a intervenção direta na formação dos preços, especialmente dos salários.

O relatório destaca que toda prescrição para o desenvolvimento econômico deve respeitar a situação específica de cada país. Não existe uma fórmula uniforme. Todavia, enumera alguns fatores comuns que deveriam ser aplicados: políticas que favoreçam o investimento inovador, adaptação das tecnologias importadas às condições locais, fortalecimento da política industrial, e "integração comercial estratégica", ou seja, introdução cautelosa e controlada das empresas nacionais nos mercados internacionais.

Segundo o relatório, o governo deveria apoiar o setor privado unicamente sobre a base dos objetivos operacionais claramente estabelecidos, que possam ser acompanhados de perto, e apenas durante períodos específicos. Uma "forte cobrança" dos requisitos em matéria de resultados deve complementar o "leque" das medidas de apoio. Também recomenda que

as tentativas para atrair investimento estrangeiro direto (IED) não apontem a uma quantidade máxima, mas a uma qualidade máxima, a fim de gerar valor agregado nacional e progresso tecnológico. A política relacionada com o IED deve fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento mais ampla.

Subsídios transitórios e cuidadosamente concebidos podem fomentar investimentos inovadores, e uma proteção temporária correspondente às importações pode permitir que os processos de aprendizagem se desenvolvam entre as empresas nacionais. As tarifas aduaneiras aplicadas a produtos industriais continuam sendo instrumento importante, porque são fontes de receitas fiscais difíceis de substituir em muitos dos países mais pobres do mundo, e porque os acordos internacionais têm reduzido o grau de liberdade para usar outros instrumentos de política em apoio à diversificação e o melhoramento tecnológico.

O TDR recomenda manter as alíquotas/tarifas consolidadas na OMC a um nível relativamente mais alto e moldar aquelas aplicadas em determinados setores industriais em torno a um nível médio relativamente inferior. Este critério é possível se a redução das tarifas impostas aos produtos industriais resultantes das negociações comerciais multilaterais em curso só se aplicar às alíquotas *médias* e não a cada linha alfandegária.

Este enfoque flexível sobre as alíquotas ou tarifas comerciais poderia ser apoiado por meio da fixação de *limites globais aos subsídios* que os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) estão autorizados a conceder, de maneira flexível, às empresas e aos setores econômicos. Um sistema deste tipo poderia ser similar às disposições da Medida Global de Ajuda (MGA) para a agricultura, em virtude das quais os membros da OMC fixaram objetivos para as reduções percentuais deixando, ao mesmo tempo, uma considerável flexibilidade aos governos dos países membros na destinação das reduções entre os distintos produtos agrícolas.

*** ** ***